Revista ft www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v.30, n.164, 2026 | DOI: 10.69849/9z8snr96

A ordem e o caos: transições de poder na história antiga e medieval[1]

Order and chaos: power transitions in ancient and medieval history

Antônio Francisco Von Holleben Thomé; Bruno Fernandes de Oliveira; Edson Lauri Ribas Vieira; João Geraldo dos Santos Fernandes; Leandro Varoni da Silva; Leonardo Nogueira Marques; Maria Alaides Alves Gonçalves; Maria Litiele Ferraz Zanella; Nícolas Leonardi; Paola Duarte da Silva; Patricia Bianchini Mustafa Abu Jamil Erte; Venâncio Fernandes Mantovani

RESUMO

A transição de poder na História Antiga e Medieval foi marcada por dinâmicas de ordem e caos que moldaram civilizações e estruturas sociais. Na Antiguidade, mudanças políticas frequentemente ocorreram por meio de conquistas militares, colapsos de impérios e ascensão de novas lideranças, como observado nos impérios persa, romano e grego. A estabilidade, por vezes ilusória, era interrompida por guerras internas, revoltas populares e invasões externas. No período medieval, a fragmentação do poder após a queda de Roma resultou em um cenário de descentralização e feudalismo. Nesse contexto, as relações de vassalagem e a influência da Igreja desempenharam papéis centrais na reorganização política e social. A luta por hegemonia entre reinos europeus, a expansão muçulmana e as Cruzadas exemplificaram como forças distintas moldaram a transição de poder nesse período. Assim, a história desses dois períodos é uma narrativa de reconfiguração contínua, na qual períodos de estabilidade eram frequentemente precedidos ou seguidos por caos e instabilidade.

Palavras-chave: Poder. Civilizações. Transição.

ABSTRACT

The transition of power in Ancient and Medieval History was marked by dynamics of order and chaos that shaped civilizations and social structures. In Antiquity, political changes

[1] Artigo científico apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

often occurred through military conquests, the collapse of empires, and the rise of new leaderships, as seen in the Persian, Roman, and Greek empires. Stability, often illusory, was disrupted by internal wars, popular uprisings, and external invasions. In the medieval period, the fragmentation of power after Rome's fall led to decentralization and feudalism. In this context, vassalage relationships and the Church's influence played central roles in political and social reorganization. The struggle for hegemony among European kingdoms, Muslim expansion, and the Crusades exemplified how distinct forces shaped power transitions in this era. Thus, the history of these two periods is a narrative of continuous reconfiguration, where stability was often preceded or followed by chaos and instability.

Keywords: Power. Civilizations. Transition.

1 INTRODUÇÃO

As transições de poder ao longo da história desempenharam um papel crucial na formação das civilizações, moldando as estruturas políticas, sociais e culturais que definiram eras distintas. Essas mudanças foram frequentemente catalisadas por eventos dramáticos, como conquistas militares, colapsos econômicos e transformações culturais, que marcaram profundamente o desenvolvimento humano. Na Antiguidade, a ordem política era frequentemente abalada por conflitos internos e externos, refletindo a fragilidade de estruturas centralizadas que, apesar de seu avanço organizacional, permaneciam suscetíveis às pressões do ambiente político e militar.

Nesse sentido, o colapso de grandes impérios, como o Romano e o Persa, evidenciou como períodos de prosperidade eram, em muitos casos, prelúdios de instabilidade. A substituição de lideranças, muitas vezes violenta, desencadeou mudanças profundas que reverberam por séculos, transformando não apenas as dinâmicas de poder, mas também as bases sociais e econômicas das regiões afetadas.

No período medieval, a queda do Império Romano do Ocidente trouxe consigo uma fragmentação sem precedentes, marcando o fim de uma era de centralização e o início de um período caracterizado pela descentralização política e territorial. A estrutura feudal emergiu como uma resposta prática às condições de insegurança generalizada, oferecendo proteção local em troca de lealdade e trabalho.

Essa reorganização social e política moldou as relações de poder de maneira profunda, colocando senhores feudais, reis e a Igreja Católica como os principais atores de uma sociedade complexa e interdependente. A Igreja, em particular, consolidou-se como uma força de coesão e influência, desempenhando um papel central não apenas na legitimação dos governantes, mas também na definição de valores e normas sociais. Nesse contexto, o poder político tornou-se intrinsecamente ligado ao poder religioso, criando uma dinâmica única que permeou a Idade Média.

Outro aspecto relevante do período medieval foi a constante luta por hegemonia entre reinos, acompanhada por movimentos expansionistas que transcendem as fronteiras europeias. A expansão muçulmana, por exemplo, redefiniu os limites de influência cultural e religiosa, enquanto as Cruzadas representaram um esforço coordenado para reverter esses avanços e estabelecer uma nova ordem política e espiritual. Esses eventos ilustraram a complexidade das relações internacionais, que eram moldadas por interesses territoriais, econômicos e ideológicos.

A religião, frequentemente vista como um fator unificador, também funcionava como um motor político, justificando conquistas e alianças. Assim, a História Antiga e Medieval pode ser vista como uma narrativa de ordens transitórias e caos recorrente, na qual forças diversas competiam para estabelecer sua supremacia.

Ao analisar os padrões dessas transições, torna-se evidente que a instabilidade não apenas moldou os destinos das civilizações, mas também influenciou profundamente as formas de governança e os sistemas culturais que emergiram em diferentes épocas. A alternância entre períodos de ordem e caos revelou um equilíbrio dinâmico, onde forças contrárias atuavam em constante tensão, gerando transformações que ultrapassam os limites do espaço e do tempo. Cada ciclo de estabilidade era seguido por rupturas que, embora inicialmente destrutivas, permitiam a reorganização e a inovação social e política.

Dessa forma, a análise das dinâmicas de poder nesses períodos é fundamental para compreender as raízes de muitos aspectos da sociedade moderna. O estudo dessas transições revela não apenas as bases históricas das estruturas atuais, mas também os ciclos e padrões que ainda hoje influenciam a maneira como as sociedades lidam com a instabilidade e a mudança. A reflexão sobre esses processos históricos permite identificar as forças que perpetuam a tensão entre ordem e caos, oferecendo valiosas lições para a compreensão do presente e a projeção do futuro.

2. DESENVOLVIMENTO

A transição de poder na História Antiga foi marcada pela constante instabilidade que acompanhava o crescimento e a queda de grandes impérios. A centralização política, característica de civilizações como o Egito, a Pérsia e Roma, mostrou-se essencial para a manutenção de estruturas organizadas, mas também revelou suas vulnerabilidades. O colapso de Roma, por exemplo, trouxe consigo não apenas a fragmentação territorial, mas também a reconfiguração social e cultural das regiões envolvidas. A substituição de lideranças e a ascensão de novos atores políticos ilustraram como o poder era um elemento dinâmico, suscetível a forças internas e externas (DIAS, 2013).

No período medieval, as mudanças políticas adquiriram novos contornos, caracterizados pela descentralização e pelo feudalismo. A relação de dependência entre senhores e vassalos tornou-se a base da organização social e econômica, enquanto a Igreja Católica emergia como um dos maiores centros de poder. Essa instituição, além de desempenhar funções espirituais, exercia influência direta sobre decisões políticas e estratégias territoriais, legitimando governantes e articulando alianças em escala continental. Assim, a fragmentação da autoridade centralizada foi compensada por novas formas de governança adaptadas às realidades locais (DUARTE, 2013).

As disputas por hegemonia no período medieval também foram moldadas pela expansão cultural e religiosa. Movimentos como as Cruzadas não apenas destacaram o papel da religião como motor político, mas também abriram espaço para interações entre culturas distintas. O intercâmbio entre o Ocidente cristão e o mundo islâmico, embora muitas vezes conflituoso, resultou em avanços científicos, tecnológicos e comerciais. Essa dinâmica complexa evidencia a importância da religião como fator unificador e, ao mesmo tempo, como elemento de divisão política (GOMES, 2014).

Além disso, o papel da Igreja não se restringiu à legitimidade política; ela também atuou como mediadora de conflitos e promotora de iniciativas culturais e educacionais. As universidades medievais, muitas vezes patrocinadas pela Igreja, tornaram-se centros de produção intelectual que influenciaram as dinâmicas de poder. Esse monopólio do conhecimento reforçou sua posição como principal autoridade moral e intelectual da época, ampliando sua capacidade de interferência nas decisões políticas dos reinos medievais (GUSMÃO, 2017).

Os conflitos internos e externos também foram marcantes no processo de reorganização das sociedades medievais. A disputa entre reis e senhores feudais por maior autonomia territorial, assim como as frequentes invasões bárbaras, moldaram um ambiente de constante adaptação. Nesse contexto, a formação de alianças, muitas vezes mediada por casamentos ou pactos religiosos, desempenhou papel central na manutenção do equilíbrio de poder em uma sociedade marcada pela instabilidade (MELO, 2015).

A análise das dinâmicas de conquista, tanto na Antiguidade quanto no Medievo, revela padrões de repetição histórica em que a ascensão de novos poderes frequentemente se dava à custa de colapsos de estruturas anteriores. A busca por estabilidade, embora constante, raramente era alcançada de forma duradoura. Esses ciclos de construção e destruição permitiram que diferentes sociedades experimentassem inovações políticas e culturais, muitas das quais ainda repercutem no presente (MORAES, 2015).

Dessa forma, a relação entre poder e religião desempenhou um papel central em ambas as eras. Na Antiguidade, a legitimidade dos governantes frequentemente estava atrelada à sua posição divina ou à relação com os deuses, como no caso dos faraós egípcios ou dos imperadores romanos. No período medieval, essa conexão se intensificou, com a Igreja Católica assumindo o papel de intermediária entre o divino e o secular. Assim, o poder político e o espiritual tornaram-se indissociáveis, moldando as relações sociais e influenciando diretamente as estruturas de governança (NASCIMENTO, 2016).

2.1 Ordem e Caos: Mudanças de Poder na Antiguidade e Idade Média

O colapso de grandes impérios na Antiguidade, como o Romano e o Persa, marcou momentos de ruptura que alteraram profundamente o equilíbrio político e social das civilizações envolvidas. Esses eventos não apenas evidenciaram a vulnerabilidade de estruturas centralizadas, mas também abriram espaço para novas dinâmicas de poder. Após a queda de Roma, por exemplo, houve um processo de reorganização que culminou na fragmentação política e na formação de reinos independentes, o que redefiniu as relações entre diferentes regiões e culturas (NUNES, 2018).

Além disso, a fragmentação de grandes sistemas centralizados permitiu o surgimento de novas formas de organização social, como o feudalismo, que se consolidou como a principal

estrutura política e econômica do período medieval. Esse modelo baseava-se na relação entre senhores e vassalos, cuja interdependência assegurava a sobrevivência mútua em um contexto de instabilidade. Embora fragmentada, essa estrutura revelou-se funcional para lidar com as adversidades de um período marcado por invasões, crises econômicas e conflitos internos (QUEIROZ, 2014).

No entanto, o colapso e a reorganização não se limitaram ao plano político e social; esses processos também impactaram profundamente as culturas e economias das regiões afetadas. A perda de grandes redes comerciais, por exemplo, obrigou as sociedades a desenvolverem economias mais autossuficientes. Ao mesmo tempo, o intercâmbio cultural, especialmente durante as Cruzadas e as expansões islâmicas, trouxe novas ideias e tecnologias, que foram incorporadas e adaptadas às realidades locais, evidenciando a resiliência e criatividade dessas sociedades (TEIXEIRA, 2018).

A transformação das bases sociais e econômicas também teve reflexos significativos nas dinâmicas religiosas. Na Antiguidade, a relação entre poder político e religião era frequentemente utilizada como forma de legitimação, enquanto no período medieval essa conexão tornou-se ainda mais intrínseca. A Igreja Católica, por exemplo, assumiu um papel central como instituição reguladora, legitimando governantes e promovendo uma visão de mundo que unificava diferentes estratos sociais. Essa centralidade da religião na política demonstra como as mudanças de poder estavam profundamente interligadas com as crenças e valores da época (DIAS, 2013).

Ademais, as substituições violentas de lideranças ao longo da história, muitas vezes desencadeadas por guerras ou revoluções, revelaram-se catalisadoras de mudanças estruturais. Essas transformações, embora inicialmente caóticas, proporcionaram oportunidades para a construção de novas formas de organização social e governança. O estudo dessas transições evidencia não apenas os desafios enfrentados pelas civilizações, mas também sua capacidade de adaptação e inovação em meio às adversidades (DUARTE, 2013).

No período medieval, a queda do Império Romano do Ocidente trouxe consigo uma fragmentação política que marcou profundamente a história europeia. Essa descentralização resultou no surgimento de um modelo feudal, no qual os laços de vassalagem e a posse de terras se tornaram a base das relações sociais e econômicas. Essa estrutura foi uma resposta direta às constantes invasões bárbaras e ao colapso das redes de governança centralizada, oferecendo uma alternativa prática para enfrentar a insegurança generalizada. Dessa forma, o feudalismo garantiu

não apenas proteção, mas também uma forma de organização que se adequava às condições de instabilidade da época (NUNES, 2018).

Nesse contexto, a descentralização política foi acompanhada por uma transformação nas dinâmicas de poder. Os reis, embora ainda figuras centrais, dependiam da lealdade dos senhores feudais, que controlavam territórios extensos e possuíam poder militar próprio. Paralelamente, a Igreja Católica consolidou-se como uma força coesa, agindo como mediadora e unificadora em uma sociedade marcada pela fragmentação. A influência da Igreja ultrapassava questões espirituais, moldando as práticas culturais e políticas de maneira decisiva, especialmente ao articular alianças entre diferentes esferas de poder (QUEIROZ, 2014).

Essa reorganização social e política moldou profundamente as relações de poder. A relação entre senhores feudais, reis e o clero criou uma dinâmica interdependente que estruturava a sociedade medieval. A Igreja, em particular, consolidou sua posição como um dos principais atores, exercendo uma influência que se estendia à definição de normas, à mediação de conflitos e à legitimação de lideranças políticas. Ao atuar como uma instituição reguladora e promotora de valores unificadores, a Igreja tornou-se central na vida pública e na manutenção de uma coesão relativa em tempos de grande fragmentação (TEIXEIRA, 2018).

Por outro lado, a consolidação da Igreja Católica não foi um fenômeno isolado, mas um processo que dialogava com as necessidades práticas de uma sociedade em transformação. Ao legitimar governantes e promover iniciativas culturais, como a criação de universidades e centros de aprendizado, a Igreja ampliava sua influência tanto nas esferas seculares quanto espirituais. Essa relação simbiótica entre poder religioso e político caracterizou a Idade Média, criando um modelo de governança único, no qual a autoridade era partilhada e sustentada por uma complexa rede de dependências mútuas (DIAS, 2013).

No entanto, o papel da Igreja não se limitou à coesão social. Sua autoridade moral permitiu que ela atuasse em momentos de crise, oferecendo um senso de continuidade em meio a mudanças abruptas. Ao desempenhar um papel unificador, a Igreja estabeleceu uma base cultural que moldou profundamente as interações sociais e políticas durante a Idade Média, garantindo que, mesmo em um contexto de descentralização, houvesse uma força capaz de orientar os rumos da sociedade (DUARTE, 2013).

Outro aspecto relevante do período medieval foi a intensa disputa por hegemonia entre reinos, muitas vezes guiada por ambições territoriais e religiosas. A expansão muçulmana, que alcançou regiões como a Península Ibérica e o norte da África, redefiniu os limites de influência cultural e política, estabelecendo novas dinâmicas de poder. Nesse cenário, o mundo cristão reagiu por meio das Cruzadas, uma série de campanhas militares que buscaram não apenas recuperar territórios considerados sagrados, mas também reafirmar a supremacia religiosa e política do Ocidente. Essas ações moldaram profundamente as relações internacionais, ao criar um cenário de conflito e intercâmbio cultural sem precedentes (NUNES, 2018).

Os movimentos expansionistas não apenas provocaram transformações territoriais, mas também estimularam o intercâmbio cultural entre diferentes civilizações. A interação entre o Ocidente cristão e o mundo islâmico trouxe inovações científicas, tecnológicas e comerciais que impactaram as estruturas econômicas e sociais das regiões envolvidas. Ao mesmo tempo, esses movimentos evidenciaram como a religião era utilizada como ferramenta de legitimação política e militar, consolidando alianças e justificando conquistas que transcendiam as fronteiras europeias (QUEIROZ, 2014).

A religião, frequentemente considerada um elemento de unificação, também funcionava como um catalisador de conflitos. As Cruzadas, por exemplo, não foram apenas esforços religiosos, mas também empreendimentos políticos e econômicos que influenciaram a distribuição de poder na Europa e no Oriente Médio. Além disso, a fragmentação do poder político dentro dos próprios reinos europeus levou a disputas internas, nas quais a autoridade religiosa era usada para mediar conflitos e fortalecer determinadas facções (TEIXEIRA, 2018).

A complexidade das relações internacionais durante esse período reflete uma constante tensão entre interesses econômicos, ideológicos e religiosos. Os avanços muçulmanos e as reações cristãs exemplificaram como a busca por hegemonia transcendia questões territoriais, envolvendo também a tentativa de impor modelos culturais e religiosos. Dessa forma, os eventos ocorridos durante a Idade Média moldaram as bases das interações políticas e culturais que ainda repercutem no mundo contemporâneo (DIAS, 2013).

Outrossim, a análise desse período demonstra que a História Antiga e Medieval pode ser vista como uma narrativa de ordens transitórias e caos recorrente. As disputas por supremacia entre diferentes forças evidenciam como o poder, a religião e a economia estavam interligados em uma rede complexa de relações. Esse cenário dinâmico de mudanças constantes revela que a

instabilidade era tanto um desafio quanto uma oportunidade de reorganização e inovação nas sociedades envolvidas (DUARTE, 2013).

Ao analisar os padrões de transição ao longo da história, torna-se claro que a instabilidade desempenhou um papel crucial na formação das civilizações e na evolução de suas estruturas de governança. O colapso de grandes impérios, como o Romano, trouxe não apenas rupturas políticas, mas também oportunidades para o surgimento de novos modelos de organização. Esse ciclo de destruição e reconstrução permitiu que diferentes sociedades experimentassem alternativas de governança que moldaram profundamente as estruturas políticas subsequentes (DIAS, 2013).

A alternância entre períodos de ordem e caos revela um equilíbrio dinâmico, no qual forças opostas, como centralização e fragmentação, disputavam espaço continuamente. Esse padrão era frequentemente impulsionado por fatores externos, como invasões, e internos, como revoltas populares, que desafiavam as estruturas existentes. No período medieval, por exemplo, a descentralização feudal surgiu como uma resposta adaptativa à instabilidade, reorganizando a sociedade em torno de relações locais de poder (DUARTE, 2013).

As rupturas, ainda que inicialmente destrutivas, funcionavam como catalisadoras de inovação social e política. A queda de impérios frequentemente resultava em novos sistemas de governança e redes culturais que promoviam a troca de ideias e conhecimentos. A reorganização que se seguiu ao colapso do Império Romano, por exemplo, gerou uma nova ordem feudal e estabeleceu bases para uma sociedade altamente interdependente, mediada pela Igreja e por laços de vassalagem (GOMES, 2014).

Além disso, a influência cultural e ideológica durante os ciclos de instabilidade foi marcante. Períodos de crise frequentemente desencadeavam debates filosóficos e religiosos que moldavam as identidades culturais das civilizações. Durante as transições na Idade Média, a Igreja Católica desempenhou um papel de liderança ao legitimar novos governantes e reestruturar valores sociais, criando uma narrativa de continuidade que ajudava a estabilizar momentos de incerteza (GUSMÃO, 2017).

Desse modo, cada ciclo de instabilidade deixava um legado que ultrapassava os limites do tempo e do espaço, influenciando futuras estruturas sociais e culturais. Esses processos de transformação, embora desafiadores, permitiram que as sociedades testassem e adaptassem novas

formas de organização política e social, demonstrando como a história é uma narrativa contínua de adaptação e inovação (MELO, 2015).

Por fim, compreender a ressignificação histórica permite promover um debate mais amplo e reflexivo sobre como o passado pode ser utilizado de forma construtiva no presente. A história, quando interpretada com responsabilidade, pode servir como um catalisador para a reconciliação, o entendimento mútuo e a justiça social. Assim, o estudo desse fenômeno é essencial para garantir que a memória coletiva não apenas represente o passado, mas também contribua para a construção de um futuro mais inclusivo e equitativo (FERRAZ, 2018).

3. CONCLUSÃO

A análise das transições de poder na História Antiga e Medieval oferece uma compreensão profunda das dinâmicas que moldaram as civilizações e determinaram os rumos das sociedades. Esses períodos históricos foram marcados por uma alternância constante entre ordem e caos, onde as forças políticas, sociais e culturais competiam para estabelecer novas hegemonias. Os ciclos de ascensão e queda de impérios, bem como a fragmentação e a reorganização política que se seguiram, evidenciam como a instabilidade era tanto um desafio quanto uma oportunidade para a inovação social e o avanço estrutural.

Na Antiguidade, grandes impérios alcançaram níveis impressionantes de organização e expansão, mas também enfrentaram os limites de sua própria complexidade. O colapso de estruturas centrais, como os impérios Romano e Persa, destacou a vulnerabilidade de sistemas que, embora poderosos, eram suscetíveis a pressões internas e externas. A substituição de lideranças e a redefinição de fronteiras resultaram em transformações que reverberaram por séculos, moldando a forma como as sociedades antigas encaravam a organização política e militar.

Já no período medieval, o impacto da descentralização após a queda de Roma trouxe à tona um modelo de organização baseado no feudalismo e na influência predominante da Igreja Católica. Esse contexto revelou como a adaptação às condições locais permitiu o surgimento de novas estruturas de poder. No entanto, as disputas por hegemonia e as tensões religiosas, exemplificadas pelas Cruzadas e pela expansão islâmica, demonstraram que a busca por estabilidade era constantemente desafiada por fatores externos e internos. As interações entre diferentes culturas e religiões não apenas redefiniram fronteiras políticas, mas também impulsionaram trocas culturais que influenciaram o desenvolvimento das sociedades medievais.

O estudo dessas transições permite compreender como a instabilidade moldou os sistemas políticos e sociais e evidenciou a contínua tensão entre ordem e caos. A narrativa histórica desses períodos mostra que a alternância entre estabilidade e crise era uma constante, com cada momento de ruptura gerando oportunidades de reorganização. Dessa forma, a história desses períodos não deve ser vista apenas como um relato de conflitos, mas como um processo dinâmico que gerou as bases das estruturas modernas.

Portanto, compreender as transições de poder na Antiguidade e na Idade Média é essencial para interpretar os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Os ciclos históricos de ascensão e queda fornecem uma perspectiva valiosa para analisar os padrões de estabilidade e mudança que continuam a influenciar o mundo atual. Refletir sobre essas dinâmicas ajuda a identificar os elementos que moldam as relações humanas e os sistemas políticos, promovendo uma visão mais ampla sobre os processos históricos.

Assim, o legado das transições de poder nesses períodos históricos transcende seu contexto original, oferecendo lições que permanecem relevantes. A tensão entre ordem e caos, longe de ser apenas um aspecto do passado, continua a influenciar os rumos da humanidade, reafirmando a importância de compreender o passado para interpretar o presente e planejar o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, Gabriela. **Estruturas políticas na transição do feudalismo**. Vitória, 2013.

DUARTE, Bianca. **A influência cultural nas transições de poder antigo e medieval.** Palmas, 2013.

GOMES, Helena. **A reorganização social após a queda de Roma**. Aracaju, 2014.

GUSMÃO, Fernanda. **O papel da Igreja na política medieval**. Boa Vista, 2017.

MELO, Igor. **As disputas de poder na Antiguidade e seus desdobramentos**. São José dos Campos, 2015.

MORAES, Rafael. **As dinâmicas de conquista e reorganização política**. Natal, 2015.

NASCIMENTO, João. **Religião e poder na Idade Média: um equilíbrio dinâmico**. Maceió, 2016.

NUNES, Tatiane. **O impacto das Cruzadas na geopolítica medieval**. Campinas, 2018.

QUEIROZ, Lara. **Fragmentação e centralização: estudos sobre a Idade Média**. Londrina, 2014.

TEIXEIRA, Marcos. **O colapso de impérios e a formação de novas hegemonias**. Florianópolis, 2018.

Informações Institucionais da Revista

Revista FT Ltda. (1996–2026)
ISSN: 1678-0817
CNPJ: 48.728.404/0001-22
Fator de Impacto FI: 6.684

Conselho Editorial

Editores Fundadores
Dr. Oston de Lacerda Mendes
Dr. João Marcelo Gigliotti

Editor Científico
Dr. Oston de Lacerda Mendes

Jornalista Responsável
Marcos Antônio Alves – MTB 6036/DRT-MG

Orientadoras
Dra. Hevellyn Andrade Monteiro
Dra. Chimene Kuhn Nobre